proceder à encampação das emissões bancárias, contribuíram decisivamente para debilitar as contas externas do país.

Em fevereiro de 1898, o governo brasileiro apresentou aos credores externos uma proposta de moratória que se sobrepôs à proposta de fornecimento de novos recursos em troca do arrendamento da Cia. Estrada de Ferro Central do Brasil, formulada pelos credores. No mesmo ano, foi acordado entre o governo brasileiro e a Casa Rothschild um plano de refinanciamento da dívida do país, o *funding loan*.

Entre os compromissos firmados[2], encontrava-se o depósito pelo governo, em moeda local, junto a três bancos estrangeiros no Rio de Janeiro, de uma parcela do valor dos títulos emitidos do *funding loan.* O papel-moeda correspondente a essas quantias seria publicamente incinerado. Sem novas emissões, o papel-moeda em circulação sofreria uma redução.

O BRB, que em verdade buscara no abatimento e no pagamento de sua dívida ao Tesouro uma forma de adaptar[3] as obrigações à sua capacidade de pagamento com o crescente aperto monetário, não demorou muito para demandar novos auxílios.

Em setembro de 1900, diante de novas e constantes solicitações e da impossibilidade de recorrer à emissão, o governo resolveu liquidar os ativos do Banco e iniciar novas operações, chamando a si a direção do estabelecimento e reorganizando-o com duas carteiras: a antiga, posta em liquidação; e a nova, com operações de depósitos e descontos.

Também entraram em crise e suspenderam pagamentos, em setembro de 1900, o Banco Rural e Hipotecário, o Banco da Lavoura e do Comércio e o Banco Comercial do Rio de Janeiro. Para esses bancos, o Congresso votou a Lei 703, de 10 de outubro de 1900, a qual permitiu que os bancos nacionais fizessem acordos extrajudiciais com credores que fossem detentores de dois terços dos valores do seu passivo. Além dos bancos já citados, fizeram uso desse dispositivo o Banco de Depósitos e Descontos, o Banco de Crédito Móvel, o Banco Franco-Brasileiro, o Banco Intermediário e o Banco Itália Brasile.

---

[2] O governo deveria implementar, também, um programa de ajuste fiscal.

[3] Houve, à época, uma grande discussão a propósito do acordo já que, de fato, as obrigações de pagamento não vinham sendo cumpridas, enquanto desde 1893 haviam sido distribuídos 54.000 contos de réis em dividendos aos acionistas do Banco.